



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

R 2

ACTA N.º 3/2014
da 3ª reunião plenária do Conselho Pedagógico
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Ao sétimo dia do mês de Abril de 2014, pelas 18 horas, deu-se início à reunião do Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito de Lisboa, regularmente convocada nos termos do artigo 58.º, n.º1 dos Estatutos da FDL e de acordo com a ordem de trabalhos.

Estiveram presentes os seguintes membros do Conselho Pedagógico: Professores Doutores Rui Pinto (que presidiu), Ana Gouveia Martins (em substituição da prof. Carla Amado Gomes), Miguel Prata Roque, Guilherme D'Oliveira Martins, Jaime Valle, Domingos Farinho, e os mestres Carlos Lacerda Barata e Madalena Marques dos Santos; e os estudantes Vasco Ferreira, Andreia Dias, Gonçalo Fabião, Beatriz Gonçalves (que secretariou a reunião), Dr. Francisco Bento, Afonso Brás e Manuel Quaresma.

Esteve ainda presente na reunião, nos termos do artigo 58º/2 dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa, o estudante José Miguel Vitorino, vogal do departamento pedagógico da AAFDL, em substituição da presidente da AAFDL, Francisca Soromenho.

O Professor Rui Pinto deu início à reunião, começando pelo período antes da ordem do dia (PAOD), para que pudessem ser colocadas questões não presentes na convocatória.

O prof. Miguel Prata Roque pediu a palavra, informando os restantes membros do CP, de que o Director da faculdade e o Conselho Científico estariam a organizar nos dias 22 e 23 de Abril de 2014, uma iniciativa experimental a que chamaram "Aulas Abertas". O objectivo seria abrir as aulas teóricas do turno da noite aos alunos do ensino secundário. Esta iniciativa surgiu quando o Conselho Científico se deparou com o dado de que 30% os alunos que se matriculam no curso de direito acabam por desistir dentro dos primeiros dois anos. O objectivo que esta iniciativa pretendia alcançar era que os alunos antecipassem e conhecessem as dificuldades do curso, sensibilizando-os para as especificidades da licenciatura. Alguns professores ofereceram-se para dar estas aulas, e foram seleccionadas apenas algumas cadeiras introdutórias. Referiu ainda que foram enviados convites institucionais para as escolas, pedindo ainda que os restantes membros divulgassem a realização destas aulas abertas caso tivessem contactos em escolas secundárias.



Finalizou dizendo que na primeira semana de Julho realizar-se-á uma iniciativa, em que a faculdade estará aberta aos alunos do secundário.

Vasco Ferreira pediu a palavra para referir que, tendo sido eleito como coordenador do gabinete de apoio ao primeiro ano da AAFDL (GAPA), ficou com a incumbência de realizar o chamado "open day". Neste sentido, e na medida em que referiu ter em seu poder os contactos de várias escolas, mostrou-se disponível para ajudar no contacto das referidas escolas no sentido de as convidar para a iniciativa das aulas abertas.

O prof. Rui Pinto aproveitou a oportunidade para felicitar a iniciativa das aulas abertas. Aproveitou ainda para demonstrar a disponibilidade do Gabinete de Orientação Profissional para colaborar com esta iniciativa.

O Dr. Francisco Bento pediu a palavra para explicar os pontos que pretendia ver acrescentados à ordem do dia. A primeira questão que abordou foi a relativa ao regime aos trabalhadores-estudantes. Tinha proposto a criação de uma época especial de recurso para os alunos que beneficiam deste regime que referiu existir em outras instituições de ensino superior. Propôs então que esta questão fosse discutida na próxima reunião plenária do Conselho Pedagógico. A segunda questão que pretendia ver discutida era relativa aos exames orais dos alunos matriculados no turno da noite que têm sido realizados durante o dia. Esta situação não pode ser admitida, na medida em que para muitos alunos representaria ter de faltar ao trabalho (e para alguns um desconto na remuneração mensal). A terceira questão que abordou foi a relativa à correcção dos recursos dos testes escritos. Entende que os atrasos verificados extrapolaram qualquer limite mínimo. Referiu que em alguns casos os alunos se depararam com atrasos de 1 mês (e alguns não receberam ainda os respectivos recursos), quando o regulamento prevê que o recurso seja apreciado com o prazo de 10 dias.

Aproveitou ainda para felicitar a nova associação académica, mais concretamente a vencedora Lista C, que para além da vitória nas eleições, demonstrou a preocupação de incluir muitos alunos da noite.

O Prof. Rui Pinto referiu que as questões levantadas anteriormente, apesar de não

12



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

fazerem parte da ordem de trabalhos da presente reunião, deveriam ser desde já acompanhadas pela comissão de acompanhamento do regulamento de avaliação. Francisco Bento mostrou a sua concordância com esta posição.

O prof. acrescentou ainda que a comissão de acompanhamento do regulamento deve ainda discutir quais as soluções que devem ser adoptadas em caso de incumprimento por parte dos professores dos prazos de correcção dos recursos.

O aluno Gonçalo Fabião pediu a palavra para estender os parabéns à Lista C, mas também às listas derrotadas, Lista D, Lista A, Lista I e Marretas. Deu ainda conta aos membros docentes que as sessões abertas realizadas pelo corpo discente apenas seriam realizadas no fim do mês de Abril devido à indisponibilidade de salas.

O aluno Afonso Brás felicitou os eleitos para a associação académica e aproveitou para agradecer o trabalho realizado pelo vogal do departamento pedagógico cessante, José Miguel Vitorino, visto que era a ultima vez que estaria presente nas reuniões como representante da AAFDL. Desejou ainda as maiores felicidades para o cargo para o qual foi eleito.

Nesta sequência foi proposto pela mestre Madalena Marques dos Santos um voto de Louvor ao José Miguel Vitorino pelo seu trabalho, voto esse que foi aprovado por unanimidade.

Nesta sequência, José Miguel Vitorino agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas. Frisou que não recebeu a convocatória para a reunião do CP, nem para nenhuma das reuniões das comissões especializadas. Quanto às reuniões das comissões, recordou que ficou decidido na última reunião que apesar do vogal do pedagógico não ser membro destas comissões, poderia nelas participar.

A mestre Madalena Marques dos Santos congratulou-se pelo acto eleitoral e pela participação tão massiva por parte dos estudantes. Felicitou todas as listas concorrentes, vencedores e vencidos (a quem caberá o importante papel de vigilância em relação à execução das propostas dos membros eleitos). Em segundo lugar expressou o seu apreço relativamente à forma como José Miguel Vitorino participou nas reuniões do CP,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

R 3'

agradecendo o facto de ter enviado o documento de análise ao regulamento de sua autoria. Assinalou ainda que a comissão de acompanhamento do regulamento reunirá pela primeira vez no dia 22 de Abril de 2014 pelas 18:00h.

Em seguida, o Prof. Rui Pinto deu por encerrado o período antes da ordem do dia, passando imediatamente ao ponto seguinte na convocatória: aprovação da acta da reunião anterior. José Miguel Vitorino referiu apenas que pretendia fazer algumas alterações mais técnicas que seriam colocadas em anexo. Assim sendo a acta foi aprovada por unanimidade.

Passou-se imediatamente ao ponto seguinte: comissão de acompanhamento do regulamento de avaliação do curso de licenciatura de Direito.

O Prof. Rui Pinto referiu que teria de se ausentar durante alguns minutos, pedindo ao Prof. Guilherme de Oliveira Martins que o substituísse.

A mestre Madalena Marques dos Santos referiu que a comissão ainda não iniciou os trabalhos porque existiu o problema de não se conseguir efectivar em termos estatísticos o cumprimento do regulamento do regulamento, na medida em que não teria sido ainda instalado o devido software informático por parte da divisão académica. Foi garantido que a instalação deste software estaria para breve e que já seria possível fornecer alguns dados base para análise da comissão. Falou ainda na possibilidade de lançar um inquérito à escola, que no entanto se revelaria muito complexo e moroso. Referiu ainda que enviou um email aos membros da comissão com os dados de que já dispõe para que se começasse imediatamente a trabalhar.

O Prof. Domingos Farinho pediu a palavra para felicitar as listas que estiveram em disputa no processo eleitoral. Subscreveu ainda o que foi dito na intervenção anterior, nomeadamente na ideia de que é necessário que existam os melhores dados possíveis para iniciar o trabalho da comissão. Se não for possível ter os dados, referiu que a comissão deve estar aberta a receber todas as propostas do ponto de vista do levantamento de problemas.

Nesta sequência, José Miguel Vitorino apelou a que se fizesse uma alteração substancial



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

R 2'

do regulamento de avaliação, e nesse sentido é que decidiu enviar o documento de apreciação do novo regulamento. Referiu ainda que primeiro deveriam ser feitas alterações às questões essenciais, e só depois alterar os pequenos pormenores, por uma questão temporal.

O aluno Afonso Brás pediu que a reunião da comissão seja adiada para que sejam já tidos em conta os resultados as sessões abertas e a opinião expressa pelos alunos. Apelou ainda a que o relatório desta comissão fosse apenas apresentado depois da reunião e da conclusão das sessões abertas, para que estas questões não sejam tratadas de maneira precipitada. Propôs ainda a criação de um email em sede de comissão para que sejam enviadas sugestões que possam contribuir para o trabalho da comissão. Por fim, apelou ainda para que não fossem tomadas decisões precipitadas. Deveria partir-se para a discussão sem nenhuma reserva mental nem nenhuma predefinição relativamente às alterações.

Na sequência desta intervenção, a aluna Beatriz Gonçalves pediu a palavra para demonstrar a sua discordância relativamente à criação de um email em sede de comissão. Os conselheiros discentes criaram já um email para que fossem enviadas sugestões por parte dos alunos, e foram poucos aqueles que chegaram, portanto, faria mais sentido que a comissão aproveitasse este email. Esta posição foi corroborada pelo Prof. Domingos Farinho e pelo aluno Gonçalo Fabião que aproveitou ainda para reiterar o que foi dito no tocante ao prolongamento do prazo para apresentação do relatório da comissão de acompanhamento.

A mestre Madalena Marques dos Santos entendeu que o mandato da comissão é fazer uma avaliação da aplicação do regulamento durante o primeiro semestre, não fazer desde já propostas de alteração ao regulamento. Referiu que se deve avaliar com o mínimo empirismo possível a aplicação do regulamento neste primeiro semestre e só depois fazer propostas de alteração. Mais, esta avaliação terá de ser feita com a mínima intervenção possível de opiniões pessoais.

Em resposta, o Prof. Rui Pinto defendeu que foi exactamente este o mandato conferido à comissão. Referiu que antes de ser presidente do CP, foi das pessoas mais críticas em relação ao novo regulamento. Admite que os eleitos tenham agendas para cumprir, mas



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

23'

agenda global que se sobrepõe, não podendo haver precipitações. O objectivo do CP é fazer um trabalho que dure, conciliando-o com os outros órgãos da faculdade. Neste sentido questionou se seria mesmo necessário prolongar o prazo de apresentação do relatório da comissão.

Em resposta a mestre Madalena Marques dos Santos referiu que se iria apresentar um esquema de trabalho, uma estrutura básica de relatório no dia 24 de Abril, e depois das sessões abertas e da reunião da comissão seria apresentado o projecto final de relatório no dia 30 de Abril.

O Prof. Rui Pinto propôs que a reunião de apresentação do relatório final fosse adiada para dia 30 de Abril, proposta essa que foi aceite por unanimidade. Ainda neste âmbito, o aluno Afonso Brás propôs que se fizessem uma análise à questão da fundamentação dos recursos por parte dos professores, que muitas vezes se limitam a ratificar a correcção feita anteriormente. Em resposta, o Prof. Miguel Prata Roque referiu que também acontece muitas vezes que os próprios alunos não fundamentem ou fundamentem deficientemente os respectivos recursos.

Com esta intervenção foi encerrado o ponto de discussão relativo à comissão de acompanhamento do regulamento de avaliação, e prosseguiu-se para o ponto seguinte: Comissão de queixas pedagógicas.

O Prof. Rui Pinto deu a palavra ao Prof. Guilherme de Oliveira Martins, coordenador da dita comissão. O Prof. aproveitou para marcar a primeira reunião da comissão para o dia 23 de Abril, pelas 9:00h

A propósito da questão das queixas pedagógicas, o Prof. Rui Pinto aproveitou para dizer que relativamente à questão do Prof. Lima Pinheiro, já foi feito um grande avanço, trabalho esse maioritariamente feito pelo aluno Afonso Brás, tendo o Prof. Lima Pinheiro demonstrado uma grande flexibilidade para alterar as notas dos alunos que foram prejudicados pela atribuição de valores de ponderação à assiduidade nas aulas teóricas. Estaria marcada uma reunião com o Prof. Lima Pinheiro para afinar melhor a metodologia adoptada para a alteração de notas dos alunos.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A 2

O aluno Afonso Brás aproveitou para explicar todo o processo de atribuição de notas, e aquilo que conseguiram acordar com o Prof. Lima Pinheiro, para tal, apresentou um quadro por si elaborado (que se anexa à acta) dos alunos que foram prejudicados por este critério do prof. Para ter dados mais precisos, reuniu com os assistentes da disciplina de Direito Internacional Privado que lhe facultaram as notas de avaliação contínua que seriam dadas sem o critério da assiduidade nas aulas teóricas. Frisou que os casos mais problemáticos foram aqueles em que em circunstâncias normais o aluno seria admitido a exame, e que com a aplicação do critério ficaram excluídos, podendo apenas fazer a cadeira em época de recurso. Reuniu com a Dra. Heloísa Oliveira que referiu a disponibilidade do director para autorizar que os alunos nesta situação possam realizar novamente o exame à disciplina. Sugeriu então, que na medida em que são poucos alunos, estes pudessem ser integrados na turma da noite e fazer o exame no mês de Junho. Mas para que pudesse existir este acordo, teve de se fazer a cedência de que ainda que em termos minimalistas, a assiduidade pudesse ser tida em conta, não havendo o restabelecimento total das notas dos alunos. O que tornou a questão mais grave, é que apesar de ter sido dito que a frequência às aulas teóricas seria tida em conta, nunca foi dito em que moldes é que isso iria ser feito. Aproveitou também para referir que ficou agradavelmente surpreendido com a abertura demonstrada pelo Prof. Lima Pinheiro para que a situação fosse resolvida com o menor prejuízo possível para todas as partes.

O Prof. Rui Pinto aproveitou para referir que de facto, as negociações foram muito bem conduzidas e, continuando no mesmo caminho, seriam certamente levadas a bom porto. Relembrou que foi um fortíssimo “trabalho de sapa” do aluno Afonso Brás, sendo seu todo o mérito do referido trabalho.

Ao mesmo tempo, também o Prof. Lima Pinheiro demonstrou uma grande flexibilidade nas negociações. A preocupação seria saber se tanto o Prof. Rui Pinto, como o aluno Afonso Brás estariam legitimados para o órgão para continuar com as negociações.

A mestre Madalena Marques dos Santos pediu a palavra para referir que este problema também se verificou na disciplina de Introdução ao Estudo do Direito, no primeiro ano mas que não tinha sido feito um esforço de resolução da questão como foi na disciplina de Direito Internacional Privado, do quarto ano.



Desta feita, referiu que também a questão do primeiro ano fosse resolvida para que não existissem "dois pesos e duas medidas" no tratamento deste caso. Por outro lado, e sendo certo que esta situação configurou uma injustiça para os alunos, referiu que pela primeira vez observou um professor disponível para alterar as notas dos alunos depois de atribuídas.

O mestre Carlos Lacerda Barata aproveitou para demonstrar alguma estranheza relativamente ao assunto na medida em que o que normalmente acontece é que todas as notas são discutidas com o professor regente antes de atribuídas pelos assistentes. Este é um caso incomum na medida em que os assistentes já teriam notas finais para atribuir aos alunos antes da reunião com o respectivo regente. Esta intervenção foi acompanhada na totalidade pela mestre Madalena Marques dos Santos.

O aluno Manuel Quaresma clarificou a situação, esclarecendo que aquando da reunião com os alunos, na qual lhes foram comunicadas as notas, foi também dito que aquelas notas já teriam sofrido a penalização imposta pelo critério da assiduidade do Prof. Lima Pinheiro.

Dirigindo-se ao pro. Guilherme D'Oliveira Martins, o Prof. Rui Pinto aproveitou para questionar se quer ele próprio quer o aluno Afonso Brás continuariam mandatados para prosseguir com as negociações.

O Prof. Guilherme de Oliveira Martina começou por referir que na sua opinião pessoal, as notas não são discutíveis, privilegiando, no entanto a conciliação e a solução que o Prof. Lima Pinheiro pretender adoptar. Colocou também a questão de saber se as notas dos alunos que foram beneficiados por este critério deveriam ou não ser corrigidas. Esta situação poderia abrir um precedente gravíssimo para situações futuras. Referiu ser seu entendimento que no dia em que forem repostas as notas aos alunos prejudicados, terão de ser retiradas as notas aos alunos beneficiados.

O aluno Gonçalo Fabião revelou que no seu entender este último problema nem se colocaria na medida em que como a solução do professor Lima Pinheiro seria continuar a ter este critério em conta mas em termos minimalistas (apenas um valor) os alunos beneficiado já não teriam de lhes ver retirado esse mesmo benefício de um valor. O



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3

aluno Afonso Brás concordou com esta posição, acrescentando ainda que o próprio Prof. Lima Pinheiro não colocou em cima da mesa a hipótese de se retirar o valor aos alunos beneficiados. As questões mais graves e mais sensíveis que se colocaram foram as dos alunos que desceram três valores na sua nota final.

Nesta sequência, o Prof. Rui Pinto referiu que o tema, no ponto em que se encontrava deveria ser enviado para a comissão de queixas pedagógicas, na medida em que esta já se encontra em funcionamento, para que pudesse reunir com o Prof. Lima Pinheiro e que o Prof. Guilherme D'Oliveira Martins passasse a conduzir as negociações. Além disto, a comissão deveria também começar a analisar a questão do primeiro ano.

O Prof. Jaime Valle pediu a palavra para expressar a sua opinião acerca do assunto em causa. No seu entender, esta avaliação foi inconsistente, tendo sido violados os princípios da proporcionalidade e da confiança e que esta situação deveria ser resolvida a contento. Tendo em consideração que o Prof. Lima Pinheiro mostrou abertura em alterar as notas, não faria sentido estar a criar mais complicações. Neste sentido, a mestre Madalena Marques dos Santos referiu que assim que seja alcançada a melhor solução possível, se deve colocar uma pedra sobre o assunto e alertou ainda para o facto de que tendo sido este um caso excepcional, a solução deve ser também ela excepcional.

A intervenção do Prof. Jaime Valle foi inteiramente acompanhada pelo aluno Afonso Brás, que referiu ainda que seria conveniente que quer ele, quer o Prof. Rui Pinto, continuassem a ir as reuniões com o Prof. Lima Pinheiro na medida em que conduziram todas as negociações até ao momento. No entanto, o Prof. Guilherme de Oliveira Martins frisou a sua intenção de reunir sozinho com o Prof. Lima Pinheiro e o que saísse dessa reunião seria então alvo de debate em sede de comissão. Esta intenção foi apoiada pelo Dr. Francisco Bento, membro da comissão de queixas pedagógicas.

Nesta sequência, o aluno Afonso Brás referiu que os representantes de quarto ano foram abordados pelos alunos, trouxeram a questão ao CP, fizeram o levantamento de todos os prejudicados por esta situação, encetaram negociações com o Prof. Lima Pinheiro, e vêem-se, de um momento para o outro, impossibilitados de participar nas reuniões com o prof.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3'

Qual é a posição dos representantes do quarto ano depois de todo o trabalho que fizeram? Nesta sequência pediu para ser informado de todas as decisões que forem tomadas acerca deste assunto em sede de comissão. Apelou ainda para que a reunião que já estava agendada para dia 21 de Abril, com o Prof. Lima Pinheiro se mantivesse.

Para encerrar a discussão sobre este assunto, o Prof. Rui Pinto apelou para que o trabalho realizado pelo aluno Afonso Brás fosse tomado em consideração pela comissão, mas que teria de ser ela a tomar conta do assunto de ali em diante, sendo soberana nesta matéria. A reunião de dia 21 ficou sem efeito.

O aluno José Miguel Vitorino interveio dizendo que no seu entender o assunto estava a ser mal resolvido, mas medida em que não estariam a ser garantidos os direitos dos alunos queixosos, e em que o aluno que começou a resolver a situação se estava a ver privado de levar o seu trabalho até ao fim. A questão estaria a ser resolvida à margem da lei, ou seja estaria a ser desrespeitado o regimento de queixas pedagógicas, o que não poderia contar com a sua concordância.

O Prof. Rui Pinto propôs que fosse feito um voto de louvor ao aluno Afonso Brás pelo seu trabalho nesta situação e pela mais-valia que representou em todo este processo, voto esse que foi aprovado por unanimidade.

Neste sentido, o Prof. Rui Pinto declarou a sua intenção de remeter também para a comissão duas outras questões: nomeadamente a questão relativa às queixas dos alunos do Prof. José Luís Ramos no mestrado profissionalizante, que consideraram ser mal avaliados. Aqueles alunos que não estiveram em pelo menos 50% das aulas, não tiveram nota final de avaliação. Neste âmbito, o mestre Carlos Lacerda Barata referiu que conhece o teor de várias das queixas apresentadas ao Prof. José Luís Ramos e que, a título de opinião pessoal, concorda em absoluto com a avaliação feita pelo Professor; como exemplo, referiu que a situação de vários Alunos, que nunca (ou quase nunca) foram às aulas e que, não obstante o seu absentismo, pretenderam ter avaliação na disciplina em questão. A outra questão era relativa a algumas queixas que ficaram patentes no curso de mestrado científico dos profs. Dário Moura Vicente e Menezes Leitão.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A 3'

Ficou ainda decidido, depois de proposta do Prof. Guilherme Oliveira Martins, que se iria adoptar a seguinte metodologia relativamente às queixas pedagógicas: Apresentação da queixa, publicitação da sua apresentação, remissão à comissão, proposta da comissão e votação em reunião plenário do CP.

O Prof. Domingos Farinho abandonou a reunião.

Com esta decisão, terminou-se a discussão relativa às queixas pedagógicas e passou-se à questão seguinte: grupo de trabalho para a avaliação pedagógica dos docentes.

O Prof. Rui Pinto referiu que a Prof. Miriam Afonso (coordenadora deste grupo de trabalho) lhe fez chegar em que ponto se encontrava o trabalho da comissão, e também alguns modelos comparativos de avaliação noutras universidades portuguesas e de outros países europeus. Referiu ainda que foi abordado pelo prof. Jorge Duarte Pinheiro, Director da faculdade, tendo este manifestado a intenção de que fossem realizados inquéritos pedagógicos ainda no corrente ano lectivo, o que constituiria um marco no trabalho deste mandato do CP. A este pedido foi respondido pelo pro. Rui Pinto que o órgão pretendia implementar um sistema simples justo e transparente e que seja duradouro. Colocou em discussão que tipo de abordagem deveria o órgão ter relativamente a este assunto.

A mestre Madalena Marques dos Santos referiu que esta questão deve ser ponderada com muita calma, e que se deveria aguardar até á apresentação das propostas do grupo de trabalho: não se deveria estar a partir já para inquéritos sem haver um prévio trabalho, mais fundamentado deste grupo de trabalho. Por outro lado, o grupo de trabalho não poderia deixar de ter em conta a proposta feita pelo Director da Faculdade.

O aluno Gonçalo Fabião dizendo que, enquanto membro do grupo de trabalho, tem verificado que a disponibilidade para acelerar o processo é grande, de modo a que a avaliação pedagógica dos docentes entre em vigor já no próximo ano lectivo. Em sede de grupo de trabalho já foram discutidos vários modelos e a maneira como eles iriam ser implementados, surgindo apenas a duvida se seria da competência desse grupo de trabalho a elaboração do manual de boas práticas pedagógicas, que os estatutos da faculdade já prevêm. A esta dúvida, o Prof. Rui Pinto respondeu afirmativamente.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A 3.

Seguidamente, na sua intervenção, o Prof. Miguel Prata Roque declarou o seu voto de vencido em sede de grupo de trabalho, na medida em entendeu que o inquérito de avaliação pedagógica deveria ser implementado já no presente semestre.

De qualquer modo, mais sugeriu que fosse realizado um "Inquérito sobre as Condições Pedagógicas", autónomo e distinto de um Inquérito de Avaliação Pedagógica - apenas a implementar apenas no próximo ano letivo -, com vista a auscultar a comunidade escolar sobre vários aspetos organizativos, curriculares e letivos indispensáveis ao bom planeamento do ano letivo 2014/2015 e até à eventual revisão do Regulamento de Avaliação Frisou ainda que actualmente a Universidade de Lisboa já faz circular um inquérito que pode ser preenchido a título voluntário pela comunidade escolar. Seria útil que a avaliação fosse feita com a maior celeridade possível. Em contraponto, o Prof. Rui Pinto entendeu que não podem existir precipitações nesta matéria e solicitou que na próxima reunião ordinária, o grupo de trabalho trouxesse já um modelo de inquérito. O aluno Gonçalo Fabião demonstrou a sua concordância com a necessidade de celeridade do processo e com um inquérito sobre o serviço docente nos moldes que o Prof. Miguel Prata Roque sugeriu, sem prejuízo da continuação dos trabalhos na elaboração do inquérito definitivo, com base no Manual de Boas Práticas Pedagógicas, mas entende que não seria justo que o modelo de avaliação fosse posto em prática a meio do semestre. Os critérios que irão presidir a este inquérito têm de ser muito bem pensados e ponderados. Também o Dr. Francisco Bento entendeu que se deve avançar já com uma iniciativa de oscultação da escola, para que o grupo de trabalho possa ter uma boa base de trabalho e também para que se possa perceber quais as matérias em que o inquérito deveria ser fundamentado.

A mestre Madalena pediu a palavra para dizer que a avaliação dos docentes só poderia ser feita se consensualizada com os próprios professores, porque os avaliados tem de saber à partida sobre que itens vão ser avaliados. Declarou ser imprescindível que o inquérito seja pensado e fundamentado em experiências exteriores à FDL, que devem no entanto ser adequadas a realidade específica da faculdade. Por outro lado referiu que também é da opinião que se oiça a escola sobre outra questão fulcral: a quantidade (tempo) e modelo das aulas práticas e teóricas. O Prof. Miguel Prata Roque defendeu que esta avaliação não pode ser só a heteroavaliação por parte dos alunos, este será apenas um dos critérios da avaliação pedagógica.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

R3'

Dada a palavra ao Prof. Jaime Valle, este referiu que devia proceder-se ao inquérito imediatamente. Relembrou que anteriormente era feito um inquérito pela associação académica, cujas notas eram sempre públicas. E sendo este inquérito apenas uma parte da avaliação pedagógica não existem motivos para que não seja feito no imediato.

Neste sentido, o aluno Gonçalo Fabião referiu que o referido manual de boas práticas pedagógicas, a elaborar pelo grupo de trabalho, será a base da avaliação dos docentes aprofundando os critérios objectivos previstos no regulamento. Sem prejuízo dos trabalhos mais aprofundados do grupo de trabalho, a Prof. Ana Gouveia Martins entendeu que se deveria proceder já a um inquérito baseado em critérios básicos e objectivos como por exemplo, pontualidade, assiduidade, matéria lecionada, entre outros. O grupo de trabalho ficou assim mandatado, após proposta do Prof. Rui Pinto, para promover um modelo de inquérito sobre as condições pedagógicas.

Terminou assim a discussão acerca do trabalho deste grupo de trabalho, e passou-se imediatamente aos últimos dois pontos presentes na ordem de trabalhos: Requerimentos dos alunos e reforma dos planos de curso de Mestrado e Doutoramento.

O Prof. Rui Pinto informou que o Prof. Miguel Moura e Silva estaria a tratar da reforma dos planos de curso de mestrado e doutoramento. Este professor referiu (via email) que estaria previsto nos estatutos que seja criada uma comissão para proceder a esta reestruturação. Neste sentido, o Prof. Rui Pinto propôs que os colegas conselheiros do ciclo de mestrado, Dr. Diogo Calado e Dr. Hugo Silva, fossem mandatados para reunir com o Prof. Miguel Moura e Silva para ajudarem na reforma dos planos de curso. Entendeu ainda que o CP já faz o trabalho da comissão referida e como tal não faz sentido que esta seja criada.

Quanto à questão dos requerimentos dos alunos – Alguns alunos remeteram os seus requerimentos ao Conselho Pedagógico e a questão que se colocou é a de saber se o Conselho Pedagógico tem efectivamente competência para conhecer destes requerimentos. A este propósito, o mestre Carlos Lacerda Barata referiu que deveria ficar claro, que nos termos do artigo 57º dos estatutos da FDL o Conselho Pedagógico não tem competência sequer para se pronunciar sobre estes requerimentos. E portanto, neste sentido, o Conselho Pedagógico deveria declarar-se incompetente sobre estes

pedidos.

O Prof. Guilherme de Oliveira Martins abandonou a reunião.

José Miguel Vitorino terminou a reunião desejando um bom resto de mandato e referindo que sendo esta a sua última reunião na próxima já estará presente o novo vogal do pedagógico, o aluno João Tavares.

Terminou assim a reunião, ficando marcada uma reunião extraordinária para dia 30 de Abril as 13:00h, para apreciação do relatório da comissão de acompanhamento do regulamento de avaliação.

A próxima reunião ordinária ficou marcada para dia 15 de Maio pelas 18:00h

O Presidente do Conselho



Prof. Doutor Rui Pinto

O Secretário



Beatriz Gonçalves